

Fórum Parlamentar Catarinense Pelo Fortalecimento das Empresas Públicas

Documento orientador do Grupo de Trabalho de Fortalecimento das Empresas Públicas do Setor Agrícola – GTF Agrícola

Este documento pretende criar ambiente favorável ao debate dos temas relativos ás empresas públicas do setor agrícola do Estado de Santa Catarina – Epagri, Cidasc e Ceasa. Servirá de subsídios para o início das discussões sobre as empresas públicas agrícolas e suas estruturas de funcionamento, as quais afetam diretamente a prestação de serviços à população catarinense.

Este Grupo de Trabalho surgiu a partir dos encaminhamentos das audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado de SC - ALESC a partir de 2017. Estas audiências foram umas das ações da campanha salarial daquele ano, com o objetivo de discutir as políticas de gestão destas empresas. A primeira audiência em 2017 realizada no dia 25 de abril de fez com que pela primeira vez nos últimos anos conseguíssemos fechar o Acordo Coletivo de Trabalho antes da data base 1º de maio, onde foram atendidos os pleitos mínimos para assinatura do Instrumento Coletivo.

Com o ACT de 2017 resolvido, o objetivo do Grupo de Trabalho seguiu no intuito de discutir os rumos das políticas públicas destas empresas vinculadas a Secretaria da Agricultura, onde se realizou, no dia 04 de dezembro de 2017, na Epagri em Chapecó, uma nova Audiência Pública.

No dia 26 de abril de 2018 foi realizada mais uma Audiência, porém no curso das negociações coletivas. Esta audiência não restou muito agregadora no andamento das negociações, que foi prejudicial aos trabalhadores frente às dificuldades impostas pelo governo, através da emissão de resoluções que travaram as negociações sem possiblidade de avanço, porém se faz cada vez mais claro como resultado do referido evento a necessidade e urgência de discutir o futuro destas empresas.

Para este ano de 2019, a posição do governo é mais uma vez no sentido de manter as perdas salarias dos últimos anos, oferecendo reajuste de inflação zero aos salários e demais clausulas financeiras, agravando ainda mais a situação dos trabalhadores (as) com a perda do poder de compra e, por conseguinte dificuldade na manutenção familiar.

No plano estrutural das empresas, a proposta é de enxugamento tanto da infraestrutura como nos recursos humanos, intensificando a proposta do "Estado Mínimo" para tanto se retoma os debates no âmbito deste grupo de



trabalho denominado de Grupo de Trabalho de Fortalecimento das Empresas Públicas do setor agrícola do Estado de Santa Catarina. Importante destacar que neste ano de 2019.

Cabe relevante destaque a criação neste ano de 2019 da Frente Parlamentar de Fortalecimento das Empresas Públicas, sendo assim este grupo passa a ser parte integrante desta frente, qualificando as discussões através da participação ampla da sociedade civil organizada, empresas e parlamentares com o objetivo principal de buscar alternativas na manutenção e fortalecimento das empresas Epagri, Cidasc e Ceasa.

Seguimos com um breve relato sobre a estrutura, serviços e função de cada empresa ligada ao setor agrícola do Estado de SC.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARIANA - EPAGRI

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI – é uma empresa pública, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. A criação da Empresa, em 1991, uniu os trabalhos de pesquisa e extensão rural e pesqueira, somando décadas de experiência em diferentes áreas e fortalecendo ainda mais o setor, conforme segue cronologicamente:

1991

Em 1990, foi decretado o fim da Acaresc, ao promover-se sua fusão com a Empasc, a Acarpesc e o antigo Instituto de Apicultura (lasc), constituindo assim, na segunda metade de 1991, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia – Epagri.

1997

A Epagri lançou seu primeiro Plano Estratégico, que continha ações programadas até o ano de 2001. O documento traçou dois projetos de restruturação institucional, denominados "Desenvolvimento Rural Sustentável" e "Modernização Organizacional".

2005

Incorporação do Instituto Cepa. Em 22 de junho de 2005, a Epagri incorporou o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto Cepa/SC. Na mesma data, a Assembleia de Acionistas aprovou a transformação da Epagri em empresa pública.



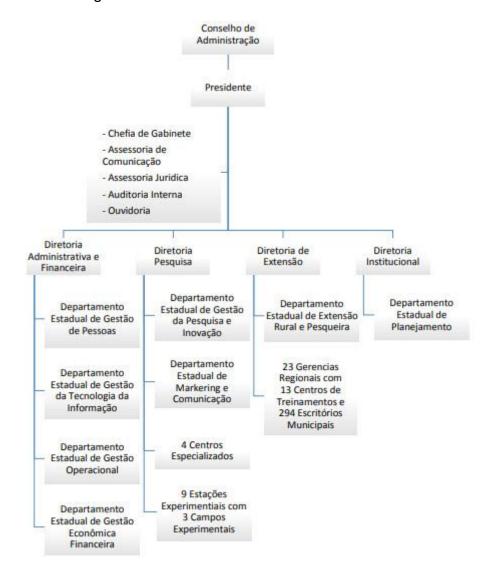
2008

A implantação de sistemas internos informatizados permitiu acompanhar com mais eficiência, rapidez e precisão o andamento dos trabalhos de pesquisa e extensão dentro da Epagri. Assim, ficou mais fácil monitorar a evolução e os resultados das ações promovidas pela Empresa.

2014

Implantação do Plano Diretor da Epagri, que estabeleceu metas a serem cumpridas até 2025. Foram definidos indicadores para avaliação do desempenho da instituição e de cada um dos funcionários, criando mecanismos que impulsionam a autocrítica e a constante evolução na gestão da Empresa.

Estrutura organizacional:



Fonte: Epagri, 2019. www.epagri.sc.gov.br



A Epagri possui 1.737 trabalhadores (as) atuando nas áreas de extensão rural, apoio a pesquisa, pesquisa e gestão. Em 2018 foram assistidas 119.434 famílias rurais sendo criadas 13 novas tecnologias com 930 trabalhos publicados. Segundo o balanço social da empresa para cada real investido retorna para a sociedade catarinense R\$ 6,20. (Epagri, 2019).

Estes dados demonstram a importância da Epagri, como empresa pública, para a sociedade catarinense na geração de segurança alimentar e como destaque na manutenção do apoio ao agricultor familiar e ainda para o setor agrícola como um todo.

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC

A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA — CIDASC, empresa de Economia Mista, criada em 28/02/1979 pela Lei nº 5.516 e fundada em 27/11/1979, transformada em empresa pública em 06/09/2005.

Competências

 I – executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal Serviço de Inspeção Estadual – SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

 II – promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

 III – promover e executar os serviços de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV – prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;



V – estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução; e

VI – desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul . (Cidasc, 2019)

A Cidasc realiza os seguintes serviços para o produtor e para população catarinense com a estrutura a seguir:

- 01 escritório central
- 01 terminal graneleiro
- 19 departamentos regionais
- 295 escritórios municipais
- 04 laboratórios
- 67 Barreiras sanitárias

Esta estrutura acima presta os seguintes serviços a sociedade catarinense:

- Serviço - Inspeção de Produtos de Origem Animal

Executa serviços de fiscalização da inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos entre municípios e garantir a qualidade dos produtos que chegam a nossa mesa.

- Laboratórios de Diagnostico de Doenças em Animais CIDASC
- Serviço Defesa Sanitária Animal

SANTA CATARINA: ESTADO LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

Ações de controle e combate às principais doenças que atacam os rebanhos catarinenses.

Classificação Vegetal

Executa serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com a finalidade de atender a legislação e consequentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação;



Capacitam produtores rurais e usuários em classificação vegetal;

Desenvolve trabalhos ligados a extensão agroindustrial, auxiliando tecnicamente as indústrias e produtores rurais.

Fiscalização de Insumos Agrícolas

A Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas abrange ações nas seguintes áreas:

Agrotóxicos

Sementes e mudas

Orgânicos

Câmara de Reconsideração Técnica – CRT.

(Fonte: Cidasc, 2019). http://www.cidasc.sc.gov.br/

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CEASA

As Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A – CEASA/SC foi fundada em 29 de setembro de 1976. A inauguração foi realizada no dia 18 de Agosto de 1978, disponibilizando desta forma a infraestrutura para que agricultores, comerciantes, cooperativas e empresas do agro negócio realizem operações comerciais no atacado de produtos hortifrutigranjeiros e outros atípicos alimentícios e não alimentícios. Visando implementar uma política de produção e abastecimento de hortifrutigranjeiros no Estado de Santa Catarina, a CEASA/SC se constitui como uma empresa de economia mista e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Objetivos

- Funcionar como elo entre o produtor e o consumidor por meio da comercialização atacadista e varejista de pescado, produtos hortifrutigranjeiros, alimentos e insumos orgânicos, produtos ornamentais e de floricultura e artesanais. Para isso a CEASA busca disponibilizar instalações adequadas, orientar, disciplinar e organizar o mercado, de modo a torná-lo mais acessível ao produtor rural.
- Informar o comportamento do mercado atacadista de hortifrutigranjeiros no estado prestando informações da comercialização na CEASA/SC aos



usuários dessas unidades bem como Governo do Estado, Sindicatos Rurais, Prefeituras Municipais e público em geral.

- Possibilitar informação de mercado de hortifrutigranjeiros aos agricultores e técnicos envolvidos no processo de produção e comercialização.
- Fornecer subsídios para auxiliar os produtores na tomada de decisões do que e quando plantar.

DADOS DA CENTRAL DE SÃO JOSÉ SC

- * São aproximadamente mil produtores cadastrados
- * 248 espaços para os agricultores diariamente
- * São 9 pavilhões numa área de 112 mil²
- * São 3 mil veículos circulando diariamente
- * 132 empresas atuando dentro da CEASA diariamente
- * 2 mil empregos diretos
- * Em 2016 foram comercializadas aproximadamente 350 mil toneladas

Unidades Regionais

- · Central/São José
- Blumenau
- Tubarão

Áreas de atuação

- · Produtos Hortifrutigranjeiros
- · Produtos Orgânicos/Agroecológicos
- · Flores e Produtos Ornamentais
- Produtos Artesanais
- · Pescado e Produtos de Aqüicultura
- Produtos Alternativos com Valor Agregado

(Fonte: Ceasa, 2019) http://www.ceasa.sc.gov.br/

Com este breve relato sobre a estrutura e função das empresas públicas, será possível elencar os principais temas a serem discutidos nos



encontros deste grupo de trabalho. Como linhas gerais sugeridas para o início dos debates temos os seguintes temas: Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural; Pesquisa para o setor agrícola; Defesa Sanitária com serviços afins e Comercialização dos produtos agrícolas.

A proposta da composição deste grupo é ser a mais abrangente possível. Por isso, terá a participação de representante dos sindicatos de trabalhadores, representes institucionais das empesas e seu respectivo conselheiro e claro o parlamento através de representantes dos deputados (as) que integram a Frente Parlamentar das Empresas Públicas. À medida que os temas se aprofundarem serão convidados representantes de cada setor envolvido a fim de se ter elementos concretos que corroborem os encaminhamentos a serem definidos ao fim de cada encontro.

Enfim, o encaminhamento de ações deste grupo será sempre no sentido de colaborar com o debate a respeito do futuro destas empresas, sempre com o olhar no fortalecimento institucional e no caráter público destas.

No cenário atual é flagrante e perceptível que políticas públicas no setor agrícola não é a bandeira principal do projeto do atual governo a nível nacional, assim surge eminente preocupação dos rumos destas políticas no Estado em que quase um terço do PIB é oriundo do setor agrícola.

A importância destas empresas já está brevemente relatado em números apresentados no presente documento, não fortalecer essas empresas é um erro estratégico, que até mesmo os mais liberais devem considerar, visto comprovado os muitos resultados positivos para a Sociedade Catarinense.

A Missão deste Grupo de Trabalho é fomentar a discussão para demonstrar que Empresas Públicas e cada vez mais fortes são capazes de contribuir com o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, possibilitando assim que continuem e ampliem ainda mais o seu papel de Transformação Social.

É possível, é viável e vamos construir...

GRUPO DE TRABALHO PELO FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA